

Sociologia Política, escolha racional e participação político-eleitoral

[Comentários ao trabalho de Fábio Wanderley Reis]

Carlos Eduardo Sell¹

Nestes comentários, vou ater-me especialmente aos aspectos metodológicos da exposição do prof. Fábio Wanderley Reis. Neste sentido, destacarei especialmente o tema da “teoria da escolha racional”, seus valores e seus limites para a análise dos fenômenos sociais e políticos. A tese central destes comentários é que a teoria da escolha racional padece de duas graves limitações que limitam a análise e a compreensão dos fenômenos sociais. Nestes comentários estes limites serão chamados de “reducionismo individualista” e “reducionismo racionalista”. Para fazer minha apreciação crítica sobre este assunto, dividirei este comentário em quatro partes, a saber: a) resenha dos principais argumentos críticos sobre a teoria da escolha racional; b) determinação da originalidade da reflexão de Fábio Wanderley Reis sobre estas críticas; c) uma crítica interna, em que aponto problemas não resolvidos no trabalho de Reis, e d) uma crítica externa, na qual questiono o paradigma da racionalidade a partir de um ponto de vista “pós-moderno”.

1. Argumentos críticos

A teoria da escolha racional é hoje uma das mais influentes e polêmicas abordagens das ciências sociais contemporâneas. De acordo com Elster (1988, p. 164), a chamada abordagem

¹ Doutorando em Sociologia Política (UFSC) e professor da UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí/SC)

econômica dos fenômenos sociais ou ainda a teoria da escolha racional pode ser definida da seguinte forma: “chamo de individualismo metodológico a doutrina segundo a qual todos os fenômenos sociais (sua estrutura e sua mudança) são explicáveis, em princípio, apenas em termos de indivíduos: de suas características, fins e crenças”.

A centralidade desta abordagem nos debates contemporâneos é visível, se tomarmos como exemplo uma das principais publicações brasileiras na área de ciências sociais: a Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS). Tomando aleatoriamente alguns números recentes da revista podemos constatar a existência de diversos artigos que discutem as contribuições e, especialmente, os limites da teoria da escolha racional². Mas, para não tornar tediosa a tarefa do leitor, vou resumir esta literatura destacando que os críticos da teoria da escolha racional apontam sempre para duas deficiências básicas nesta teoria, que são:

- a) *Reduccionismo individualista*: ou seja, a idéia de compreender os fenômenos sociais recorrendo à premissa de que são explicáveis a partir dos indivíduos desconsidera o peso das estruturas, das instituições sociais, da cultura e da própria história no condicionamento das ações sociais.
- b) *Reduccionismo racionalista*: a teoria da escolha racional ignora a influência das normas e dos valores morais na ação social, reduzindo a ação social ao seu aspecto instrumental. De acordo com esta idéia, esta mesma teoria reduz o indivíduo à sua dimensão utilitária (indivíduo egoísta) e ignora a dimensão altruísta e solidária das pessoas, cujas fontes são valores éticos e morais.

2. A originalidade da obra de Fábio W. Reis

Estas críticas, com certeza, já são velhas conhecidas do prof. Reis, que dedica várias de suas obras e artigos a examinar estes argumentos, como é o caso de seus textos mais conheci-

² Os textos consultados foram Baert (1995), Lessa (1998), Caillé (1998), Cohn (1998), Elster (1999) e Mosman (2000). Sobre o mesmo assunto, conferir ainda o trabalho de Avritzer (1995).

dos como “Política e racionalidade” (1981) e vários dos capítulos do livro “Mercado e utopia” (2000). Aliás, é o próprio autor [aqui presente] que nos diz que “essa linha de trabalho [a teoria da escolha racional] me parece merecer grande atenção, representando talvez a linha mais promissora na Ciência Política contemporânea – contanto que saiba incorporar sua força analítica em incorrer em certos excessos que o exame crítico dos resultados por ela obtido até agora revela”(2000, p.38). Neste tópico, portanto, gostaria de demonstrar de que modo o prof. Reis busca responder às críticas formuladas contra a teoria da escolha racional, destacando, como já disse, a “originalidade” de seu trabalho em relação a essa questão.

Em primeiro lugar, vejamos o modo como Reis procura enfrentar o que estou chamando aqui de reducionismo individualista. Um trecho de sua obra parece bastante elucidativo. Vejamos: “Na perspectiva que aqui se propugna trata-se sem dúvida, por um lado, de ter em conta e de incorporar o aspecto institucional, histórico ou sociológico, refugando o “estado de natureza” e o individualismo conseqüente como supostos descritivos suficientes ou adequados à análise de situações reais” (1981, p. 122). Mas, de que forma Reis procura levar em conta o aspecto institucional na análise dos fenômenos sociais? Deixemos, novamente, que o próprio autor se explique: “O *institucional* aparece assim, por um lado, em contraste com o individualismo abstrato que caracteriza em geral a public choice como o *contexto* inelutável em que se desenvolve a interação entre os agentes e os sujeitos e que condiciona sempre as formas de que se revestirá esta ação. Mas, aparece também, por outro lado, como *objeto* sobre o qual se exerce a ação dos agentes, traduzindo-se num esforço permanente do organização e construção institucional (idem, p. 124).

Mais complexa é a reflexão de Reis sobre o reducionismo racionalista, que ocupa boa parte de seu livro de 1981, no qual o autor critica a estratégia de Habermas de cindir a razão em duas racionalidades: instrumental e comunicativa. De acordo com as reflexões de Reis, a ação estratégica incorpora as duas dimensões da ação (ou seja, a ação estratégica é intermediária entre trabalho e interação). Mas, de que forma estas formulações incidem

sobre o aspecto normativo da ação social? Ora, como fica fácil perceber, Reis parece afirmar que a ação estratégica não se restringe apenas à dimensão utilitária ou dos interesses, mas inclui também a dimensão valorativa da ação. Esta dimensão normativa aparece explicitamente porque na ação estratégica, quando o indivíduo afirma seus interesses, este mesmo indivíduo também está afirmando sua autonomia pessoal. Portanto, a ação estratégica não é composta somente por interesses, mas também por normas e valores, ou seja, ela é intrinsecamente moral.

3. Crítica interna

Partindo das próprias formulações de Fábio Wanderley Reis, procuro destacar neste tópico que, apesar de levar em conta os impasses da teoria da escolha racional, o autor em questão enfrenta mas não supera as duas principais críticas formuladas contra esta abordagem teórica. Em suma, busco demonstrar que tanto o reducionismo individualista quanto o reducionismo racionalista são enfrentados, mas não são superados.

Começemos pelo primeiro tópico, o reducionismo individualista. Vimos, pelas citações anteriores, que Reis não nega a existência do institucional (econômico, social, cultural, histórico, etc.). Para ele, o institucional constitui tanto o contexto em que acontece a ação quanto o próprio objeto da ação. Mas, apesar de reconhecer a sua existência (afinal, as ações sociais/racionais não acontecem no vazio), a teoria da escolha racional não nos fornece instrumentos para pensar como os aspectos macrossociais e institucionais condicionam as ações sociais. Em síntese, reconhecer a sua *existência* não significa ainda mostrar a *influência* dos aspectos macro sobre os fenômenos micro. O aspecto institucional não é apenas contexto e objeto da ação. Ele também condiciona a ação social. Como isto acontece? Ora, a teoria da escolha racional está pouco equipada para responder a esta questão.

Vejam agora o segundo tópico, a questão do reducionismo racionalista. Segundo a teoria da escolha racional, ao determinar suas estratégias de ação, o indivíduo leva em consideração tanto seus interesses (materiais e ideais) como suas normas ou valores

morais. Mas, quando a teoria da escolha racional justapõe as normas junto aos interesses, as normas perdem o seu caráter específico. Normas não são recursos avaliados racionalmente pelos indivíduos. As normas e os valores caracterizam-se pelo seu aspecto impositivo no convívio social. Ao transformar os valores ético-morais em um recurso estratégico, a um aspecto do cálculo, a teoria da escolha racional esvazia a norma ética de seu caráter intrínseco. Tomando emprestado a linguagem de Kant, é como se a norma moral ou ética perdesse justamente o seu caráter de “dever ser”.

4. Crítica externa

No tópico anterior, busquei mostrar que, partindo do interior da teoria da escolha racional é possível detectar contradições nesta obra teórica que, ainda que enfrentadas, ainda não foram superadas. Chamei este empreendimento de “crítica interna”. Todavia, penso que uma crítica por demais presa aos seus interlocutores apenas gira em torno dos mesmos pressupostos. Uma boa crítica precisa também de um ângulo externo de avaliação. Um ângulo que forneça boas premissas para pensar criticamente. É a este empreendimento que vou chamar aqui de “crítica externa”.

Ora, o paradigma teórico que ataca justamente o principal pressuposto teórico da escolha racional é o paradigma da “pós-modernidade”. Falo aqui de “paradigma” para deixar bem claro que por trás do rótulo de pós-moderno existe uma grande diversidade de autores e propostas teóricas. Mas, apesar de suas diferenças, as teorias da “pós-modernidade” apontam sempre para o mesmo ponto. O projeto da modernidade, cujo objetivo fundamental era substituir a força da religião pela força da razão ordenadora, encontra-se superado. Para o pós-moderno, longe de instituições e indivíduos racionais, o que existe de fato é irracionalidade. Trata-se, portanto, da antítese da teoria da escolha racional. O mundo pós-moderno é marcado pela incerteza, pelo risco e pela constatação de que a razão emancipadora mostrou-se mais dominadora do que nós suspeitávamos (vide Michel Foucault, por exemplo).

Em que medida esta abordagem nos ajuda a pensar os limites da teoria da escolha racional? Ora, para “rational choice”, pensar o social como composto de indivíduos racionais e egoístas é uma exigência metodológica, tendo em vista que a ciência requer um grau de generalização mínimo (nomologias). Todavia, ao aferrar-se às suas exigências metodológicas, a teoria da escolha racional corre o risco de separar-se dos aspectos “ontológicos” do social. Serão mesmos racionais os indivíduos com os quais estamos lidando? Qual o grau de racionalidade das instituições sociais? A pós-modernidade não significa um esgotamento do potencial crítico da racionalidade instrumental? A teoria da pós-modernidade ataca justamente o principal pressuposto da abordagem teórica que estamos discutindo : a racionalidade! O que terá a teoria da escolha racional a dizer sobre isto?

Referências bibliográficas

- AVRITZER, Leonardo. Racionalidade, mercado e normatividade: uma crítica dos pressupostos da teoria de escolha racional. *A moralidade da democracia*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1995.
- BAERT, Patrick. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 35, 1997, p. 63-74.
- CAILLÉ, Alain. Nem holismo, nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma do dom. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 38, 1998, p. 05-38.
- COHN, Gabriel. As diferenças finas: de Simmel e Luhmann. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 38, 1998, p. 53-62.
- ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. *Lua Nova*, nº 17, 1989, p. 163-204.
- _____. A possibilidade da política racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 39, 1999, p. 13-40.
- LESSA, Célia de Andrade. Racionalidade Estratégia e instituições. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 37, 1997, p. 129-148.

MONSMA, Karl. Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** nº 43, 2000, p. 83-114.

REIS, Fábio Wanderley. **Política e racionalidade**: problemas de teoria e método de uma Sociologia crítica da política. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

_____. **Mercado e utopia**: teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: Ed. da USP, 2000.